

Resenha

COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2009.

Eduarda Souza Gaudio

Mestre em Educação - Linha Educação e Infância, na
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.
dudasouza_1@hotmail.com

Thaís Regina de Carvalho

Mestre em Educação pelo Programa de Pós
Graduação em Educação - Linha Políticas
Eduacionais, na Universidade Federal
do Paraná – UFPR.
thatahrc@gmail.com

Para citar este artigo:

GAUDIO, Eduarda Souza; CARVALHO, Thaís Regina de. *Revista PerCursos*. Florianópolis, v. 14, n.26, jan./jun. 2013. p. 214 – 218.

DOI: 10.5965/1984724214262013214

<http://dx.doi.org/10.5965/1984724614262013214>

A autora, Clarice Cohn, possui graduação em Ciências Sociais, mestrado e doutorado em Antropologia Social, ambos pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos, além de coordenar o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Antropologia da Criança – LEPAC, vinculado ao PPGAS -UFSCar. Trabalha com a Antropologia da criança desde sua graduação, dedicando-se às questões que abrangem as crianças indígenas e a educação escolar indígena.

O livro procura socializar as discussões que envolvem os conceitos de criança e infância, evidenciando como diferentes culturas lidam com esse assunto e indica as contribuições que a antropologia vem proporcionando para pensar essa questão. Para a autora, muitas das concepções existentes em torno da infância estão baseadas em uma *imagem em negativo* da criança, que impossibilita conhecê-las a partir do seu ponto de vista. É no sentido de compreender a perspectiva das crianças por meio de suas próprias falas e ações que a antropologia da criança vem atuando, buscando se aproximar e compreender o lugar que elas ocupam na sociedade.

De acordo com a autora, a antropologia se consolida como uma ciência responsável por estudar um fenômeno existente na sociedade levando em consideração seu contexto social e cultural. Para isso, a antropologia apresenta uma metodologia própria de coleta de dados, sobretudo o método conhecido como etnografia, que possibilita uma aproximação e observação direta dos sujeitos envolvidos, na qual o pesquisador participa efetivamente das experiências sociais e culturais que investiga. No entanto, Cohn destaca que conhecer as crianças tem sido um desafio para a antropologia, em virtude da dificuldade em legitimar a criança como um *sujeito social*.

No decorrer do livro, a autora apresenta alguns estudos pioneiros com crianças no campo da antropologia, desde os primeiros na década de 1920, balizados pela separação entre a vida adulta e a da criança, concebendo esta como um ser incompleto. Cabe enfatizar que a autora não descarta as contribuições criadas pelos estudos que tomaram a criança como ser imaturo, mas acredita que os pressupostos assumidos por esses grupos limitavam a compreensão dos modos de vida das crianças.

A década de 1960 marcou um processo pelo qual a antropologia buscou analisar suas concepções, sobretudo no que diz respeito aos conceitos de cultura, sociedade e de agência, ou de ação social. No que diz respeito à concepção de cultura, os antropólogos atribuíram ênfase aos sistemas simbólicos produzidos pelos atores sociais por meio das relações e significações dadas a suas próprias experiências. Dessa forma, a sociedade passa a ser compreendida como um espaço estruturado através das relações sociais criadas e (re)criadas pelos sujeitos que nela atuam. Esses estudos permitiram desconstruir a ideia de que as crianças são seres incompletos, permitindo compreendê-las como seres sociais plenos que possuem papel ativo na legitimação de sua própria condição.

A obra apresenta ainda a concepção de infância como um modo particular de pensar a criança, que foi sendo produzido ao longo do tempo em diferentes culturas e sociedades. Assim, questionamentos como o que significa, o que pensam e como vivem as crianças podem variar de acordo com os diferentes contextos sociais, pelos quais são necessários estudos antropológicos que procuram conhecer os diversos modos de se viver a infância. A autora relata sua pesquisa de mestrado realizada numa etnia indígena chamada de Xikrin, localizada no Pará, que procurou compreender como as crianças de outros contextos socioculturais vivem. Por meio da etnografia, foi possível perceber elementos peculiares dessa etnia, como a construção de um novo corpo, a relação com o choro da criança e os sonhos, as pinturas corporais, entre outros aspectos que permitem a compreensão do que significa ser criança para um Xikrin.

Nesse sentido, a autora indica a necessidade de a antropologia da criança levar em consideração os contextos socioculturais em que os meninos e as meninas de pouca idade vivem, mesmo que a realidade esteja próxima do antropólogo. Para isso é fundamental uma aproximação das experiências vividas pelas crianças em estudo, procurando entendê-las por meio de suas próprias ações dentro de sua realidade social.

Seguindo essa perspectiva, Cohn parte do pressuposto de que as crianças são seres atuantes. A autora conceitua criança atuante como: “aquela que tem um papel ativo na constituição das relações sociais em que se engaja, não sendo, portanto, passiva na incorporação de papéis e comportamentos sociais.” (p. 27 - 28). Para exemplificar, a

autora relata alguns exemplos. Entre eles destacamos a experiência com as crianças Xikrin, na qual foi possível observar o papel ativo das crianças ao realizarem através das brincadeiras ações que serão importantes para toda a vida.

Dando continuidade ao debate, a autora defende que as crianças, ao atuarem no mundo com seus pares e com os adultos de maneira própria, criam e (re)criam manifestações culturais de acordo com seus interesses e necessidades. Dessa forma, Cohn defende que a diferença entre as crianças e os adultos é qualitativa, ou seja, “a criança não sabe menos, sabe outra coisa” (p. 33). Portanto, as crianças não são meras receptoras, e sim criam sentidos e atuam sobre o que vivenciam. Em meio a essas questões, a autora afirma que as crianças têm uma *relativa autonomia cultural* em relação aos adultos, já que essas dão sentidos particulares às situações e fatos que não podem ser confundidos e/ou reduzidos aos realizados pelos adultos.

Sobre as culturas infantis, Cohn expõe a utilização do termo no plural, a fim de contemplar a multiplicidade de experiências e vivências, porém: “devemos fazê-lo com cuidado, para não incompatibilizar o que as crianças fazem e pensam com aquilo que outros, que compartilham com ela uma cultura mas não são crianças, fazem e pensam” (p. 36).

Nessa direção a autora ainda discute o processo de ensino e aprendizagem, sendo necessário observar de maneira contextualizada as concepções, os meios e os processos. Diante desse pressuposto, as concepções do que é ser criança, de desenvolvimento e da capacidade de aprender não podem ser compreendidas de forma isolada.

Ao longo da obra também foram enfatizadas questões referentes à interdisciplinaridade e aplicação de pesquisas. Sobre esse assunto a autora salienta os diálogos entre a antropologia e as outras áreas. A respeito das metodologias e técnicas de pesquisa, Cohn apresenta que, por conta da amplitude e variação do campo das análises antropológicas, é fundamental conhecer o contexto sociocultural do grupo a ser investigado para a seleção dos instrumentos metodológicos da investigação. Uma das possibilidades é a observação participante, na qual é preciso evitar análises *adultocêntricas*, enfatizando-se assim a ação de ouvir as crianças, considerando-as enquanto *sujeitos sociais plenos*. Dentre os recursos utilizados na observação participante

a autora destaca: coletas de desenhos, histórias elaboradas pelas crianças e registros escritos e audiovisuais.

Por fim, a autora expõe que a antropologia da criança pode nos auxiliar a desconstruir posturas naturalizadas acerca das ideias e concepções existentes acerca das crianças e da infância, consolidando-se como um campo de estudo primordial na construção de investigações que tomem como ponto de partida as crianças. Seguindo as reflexões de Cohn, ressaltamos a importância da obra no sentido de indicar a relevância de entendermos as vivências e contextos em que as crianças estão inseridas, de tal forma que as elas sejam consideradas como sujeitos de direitos, ativos e produtores de culturas.

Recebido em: 30/04/2013

Aprovado em: 15/06/2013

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED

Revista *PerCursos*

Volume 14 - Número 26 - Ano 2013

revistapercursos@gmail.com